



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 2 /2026

“Dispõe sobre o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a realização de consultas e exames especializados classificados como prioridade alta no âmbito da rede pública municipal de saúde, e dá outras providências.”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no art. 71, inciso LII, da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido que todas as consultas e exames especializados solicitados por profissionais da rede pública de saúde e classificados como prioridade alta, conforme protocolos clínicos vigentes, deverão ser realizados em até 60 (sessenta) dias a contar da data de solicitação.

Art. 2º. A classificação de prioridade alta será definida com base em critérios clínicos e epidemiológicos, conforme protocolos adotados pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. A execução desta Lei será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, que deverá organizar a regulação, oferta e monitoramento dos serviços.

Art. 4º. Para garantir o cumprimento do prazo estabelecido, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

- I - parcerias com clínicas e laboratórios privados credenciados;
- II - implantação de sistemas de regulação com inteligência artificial para triagem e priorização;

III - uso de telessaúde e telediagnóstico para ampliar a capacidade de atendimento;

IV - integração com a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) para evitar duplicidade de exames.

Art. 5º. A Secretaria Municipal de Saúde deverá publicar, trimestralmente, relatório com os seguintes indicadores:

I - número de exames e consultas solicitados com prioridade alta;

II - percentual atendido dentro do prazo legal;

III - tempo médio de espera por especialidade;

IV - ações corretivas adotadas em caso de descumprimento.

Art. 6º. O descumprimento sistemático do prazo estabelecido poderá ser objeto de apuração pelo Ministério Público, sem prejuízo de responsabilização administrativa dos gestores envolvidos.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em 20 de janeiro de 2026.



Rodrigo Costa Ferreira (Rodrigo Piracaíba)
Vereador Proponente

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade assegurar maior efetividade ao direito fundamental à saúde, previsto no artigo 196 da Constituição Federal, que estabelece ser a saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, bem como ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.


No âmbito da rede pública municipal de saúde, é recorrente a existência de longas filas de espera para a realização de consultas e exames especializados, inclusive nos casos classificados como de prioridade alta, nos quais a demora no atendimento pode resultar em agravamento do quadro clínico do paciente, sequelas irreversíveis e, em situações extremas, risco à vida.

Diante desse cenário, o presente Projeto de Lei propõe o estabelecimento do prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a realização de consultas e exames especializados classificados como prioridade alta, com o objetivo de conferir maior celeridade, eficiência e previsibilidade ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal.

A fixação de prazo razoável e objetivo contribui para o aprimoramento da gestão pública da saúde, fortalece os mecanismos de controle social e promove maior transparência na organização das filas de espera, além de estimular a adoção de medidas administrativas que garantam a efetividade do atendimento prioritário.

Ressalte-se que a proposta não cria novos direitos, mas regulamenta e organiza o acesso a serviços já existentes, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana, da eficiência administrativa e da equidade no atendimento à saúde pública.

Dessa forma, considerando o relevante interesse público da matéria e o impacto positivo que a medida pode gerar na qualidade de vida da população, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade, conclama-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Rodrigo Costa Ferreira (Rodrigo Piracaíba)
Vereador Proponente